

O Museu de Arte Sacra de Oeiras no Sertão do Piauí, Nordeste do Brasil

The Oeiras Sacred Art Museum in Piauí Hinterland, Northeast of Brazil

Áurea da Paz Pinheiro¹
Pedro Dias de Freitas Júnior²

DOI 10.26512/museologia.v9i18.29228

331

REVISTA DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO DA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

Resumo

O plano museológico é uma ferramenta de planejamento de programas, projetos e ações de uma instituição museal. Trata-se de um documento estratégico que deve ser elaborado de forma participativa e colaborativa, envolvendo trabalhadores do museu e outros agentes sociais que vivem o cotidiano da instituição. O documento deve considerar a missão, vocação e visão institucionais. Neste artigo, apresenta-se o Museu de Arte Sacra, localizado no município de Oeiras, Estado do Piauí, Nordeste do Brasil. Trata-se de um equipamento público, criado em 1983, como parte das comemorações dos 250 anos da Catedral de Nossa Senhora da Vitória, primeiro templo regular do Piauí. O Museu foi criado para abrigar o acervo de arte sacra e religiosa de Oeiras. Encontra-se instalado desde aquela data no antigo sobrado João Nepomuceno, erigido no primeiro quartel do século XIX e que ainda conserva as mesmas características arquitetônicas. Pertenceu à família Castelo Branco até o início do século XX, foi vendido ao Cel. Alano Beleza, intendente de Oeiras e permaneceu como residência. Posteriormente, foi vendido ao Estado do Piauí e serviu a vários usos institucionais: câmara de vereadores, tribunal do júri e escola. Adquirido pela municipalidade na década de 1940 foi doado à Diocese de Oeiras, daí ser conhecido como Palácio Episcopal. O Museu tem um rico e completo acervo em fase de documentação. Na exposição de longa duração há imagens de madeira policromada dos séculos XVII, XVIII e XIX; castiçais e coroas de prata, mobiliário das igrejas seculares de Oeiras e peças oriundas de colecionadores particulares. A Lei nº 11.904/09 e o Decreto nº 8.124/03 exigem que os museus elaborem seus planos museológicos, no entanto, com 35 anos de existência, o Museu ainda não conta com esse documento de planejamento estratégico, basilar à existência presente e futura, imprescindível para que reafirme sua função educativa e cultural.

Palavras-chave

Museu de Arte Sacra de Oeiras. Piauí. Planejamento. Gestão Museológica.

Abstract

The museological plan is a tool for planning programs, projects and actions of a museum institution. It is a strategic document that must be prepared in a participatory and collaborative way, involving museum workers and other social agents who live the institution's daily life. The document must consider the institutional mission, vocation and vision. In this article, we present the Museum of Sacred Art, located in the municipality of Oeiras, State of Piauí, Northeast Brazil. It is a public facility, created in 1983, as part of the commemoration of the 250th anniversary of the Cathedral of Nossa Senhora da Vitória, the first regular temple in Piauí. The Museum was created to house the collection of sacred and religious art in Oeiras. It has been installed since that date in the old João Nepomuceno townhouse, built in the first quarter of the 19th century and which still retains the same architectural features. It belonged to the Castelo Branco family until the beginning of the 20th century, it was sold to Cel. Alano Beleza, steward of Oeiras and remained as a residence. Later, it was sold to the State of Piauí and served several institutional uses: city council, jury court and school. Acquired by the municipality in the 1940s, it was donated to the Diocese of Oeiras, hence it was known as the Episcopal Palace. The Museum has a rich and complete collection under documentation. In the long-term exhibition there are images of polychrome wood from the 17th, 18th and 19th centuries; silver candlesticks and crowns, furniture from the secular churches of Oeiras and pieces from private collectors. Law nº 11.904 / 09 and Decree nº 8.124 / 03 demand that museums prepare their museological plans, however, with 35 years of existence, the Museum still does not have this strategic planning document, which is essential to present and future existence, essential to reaffirm its educational and cultural function.

Keywords

Museu de Arte Sacra de Oeiras. Piauí. Planning. Museological Management.

¹ Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Artes, Patrimônio e Museologia. Professora da Universidade Federal do Piauí. Doutora em História pela Universidade Estadual de Campinas. Pós-doutora em Ciências da Arte e do Patrimônio pela Faculdade de Belas-Artes da Universidade de Lisboa. E-mail: aureapinheiro@ufpi.edu.br

² Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Artes, Patrimônio e Museologia da UFPI. E-mail: pedrodiasdefreitasjr@yahoo.com.br

Introdução

Existe uma série de fatores que poderíamos apontar como obstáculos para garantir o planejamento e gestão de uma instituição museal, que se pretenda participativa e colaborativa, que permita à equipe de trabalhadores desses equipamentos culturais refletirem sobre as diversas mudanças que estão a acontecer no campo museal, como as necessidades e dificuldades que o museu enfrenta para salvaguardar seu acervo, captar recursos financeiros e garantir sua manutenção e modernização. A frágil reflexão no interior dos museus brasileiros e no Piauí em particular, incluindo agentes públicos, privados e sociais geram problemas e fragilizam os museus.

Há museus tradicionais e aqueles que se definem como equipamentos abertos a diálogos com a comunidade local. Múltiplas são as transformações pelas quais passam o pensamento museológico, nas últimas cinco décadas, há discussões e boas práticas sobre os sentidos e significados dos museus, sobre suas interações com a sociedade, como instituição gestora do patrimônio cultural, sobre as formas de saber-fazer contrárias à perspectiva colecionista.

Desde 2007, o Conselho Internacional de Museus (ICOM) define museu como: “[...] uma instituição permanente sem fins lucrativos, a serviço da sociedade e do seu desenvolvimento, aberta ao público, que adquire, conserva, investiga, comunica e expõe o patrimônio material e imaterial da humanidade e do seu meio envolvente com fins de educação, estudo e deleite”. Doze anos depois, em 2019, aquele Conselho, um fórum profissional, uma plataforma de debates e reflexões sobre o campo museal, na condição de organização mundial, se reúne em Quioto, no Japão, para apresentar uma proposta de definição em substituição àquela de 2007, qual seja:

Os museus são espaços democratizantes, inclusivos e polifônicos para um diálogo crítico sobre o passado e o futuro. Reconhecendo e enfrentando os conflitos e desafios do presente, eles guardam artefatos e espécimes para a sociedade, salvaguardam diversas memórias para as futuras gerações e garantem direitos iguais e acesso igual ao patrimônio para todos os povos.

Os museus não são lucrativos. Eles são participativos e transparentes, e trabalham em colaboração ativa com e para várias comunidades, a fim de coletar, preservar, investigar, interpretar, expor e expandir os entendimentos do mundo, com o propósito de contribuir para a dignidade humana e justiça social, para igualdade mundial e bem-estar planetário. (ICOM, 2019)

Após calorosos debates, não foi no Japão que se chegou a um consenso sobre a nova definição de museu, embora apresente questões contemporâneas recorrentes e importantes, como as relacionadas ao planeta e comunidades locais.

Os pequenos museus são os mais frágeis, geralmente não possuem um plano de gestão e estão à deriva, dependendo da boa vontade de gestores sem formação profissional, da piedade de poucos visitantes ou usuários (públicos dos museus). O que se propõe é um planejamento estratégico, que deve ser elaborado de forma participativa por essas instituições, com foco na missão, vocação e visão. Um trabalho que permita a sobrevivência institucional desses equipamentos. É preciso conhecimento e reconhecimento de uma equipe multidisciplinar e profissional que estabeleça objetivos, metas, a partir de um diagnóstico, que seja possível construir um plano museológico.

São muitos os desafios para a sustentabilidade econômica dos museus, que mesmo mantendo determinadas estratégias para gerar receitas, apenas continuam de portas abertas pelo esforço coletivo dos funcionários ou do apoio de alguma instituição. Os recursos públicos são escassos e a balança sempre deficitária, o que exige dos responsáveis uma atenção especial, provocando-os para que percebam o museu como um espaço de vivências, aprendizado, criatividade e transformação social. Essa é uma realidade vivida pelo Museu de Arte Sacra de Oeiras (MAS).

Como equipamento público, criado em 1983 para abrigar o acervo de arte sacra e religiosa de Oeiras, encontra-se instalado desde aquela dada em um antigo sobrado no centro histórico. Trata-se da edificação João Nepomuceno, construído no primeiro quartel do século XIX e que ainda conserva as mesmas características arquitetônicas. Pertenceu à família Castelo Branco até o início do século XX, quando foi vendido ao Cel. Alano Beleza, intendente de Oeiras, permanecendo como residência. Posteriormente, foi adquirido pelo Estado do Piauí e serviu a vários usos institucionais: câmara de vereadores, tribunal do júri e escola. Adquirido pela municipalidade, na década de 1940, foi doado à Diocese de Oeiras, daí ser conhecido como Palácio Episcopal.

Planejamento e gestão: um desafio

As transformações nos modos de saber-fazer dos museus remontam à segunda guerra mundial. O planejamento e gestão se revelam como ferramentas da maior importância para a sobrevivência desses equipamentos culturais. A aproximando do museu da comunidade e a formação de profissionais são ações que podem manter o museu de portas abertas, garantindo a frequências de públicos e o cumprimento da função social da instituição. São ações que permitirão o acesso a recursos públicos e promoção de atividades criativas.

Verificou-se que a questão do planejamento ganhou papel central no universo dos museus nas últimas décadas. A sociedade não é mais complacente com instituições que justificam sua existência apenas com o vago propósito da preservação da memória, e faz a crítica contundente aos museus que se excluíram dos processos de participação e de mudança. (DUARTE CÂNDIDO, 2013, p. 119)

Mudanças no saber-fazer dos museus são indispensáveis. As instituições não podem ficar fechadas em suas coleções, sem diálogos com a sociedade; a tratar o objeto museal como estéril e sem significado, lugar de coisas museificadas e não de experiências, de partilha e saberes; alheios ao desenvolvimento sustentável e a qualquer tipo de qualificação que faça despertar novas potencialidades.

O atual estado de carência financeira que afeta os Museus nacionais obriga a que se reformulem os modelos de gestão vigentes. Nesse sentido, tendo em conta as medidas de austeridade, os cortes orçamentais, as reestruturações na administração central, entre outros fatores que perturbam o setor cultural e que colocam os Museus nacionais nas mais críticas condições de sobrevivência, torna-se premente que se estabeleçam linhas de atuação que os reintegrem no desenvolvimento da sua missão. (RENDEIRO, 2011, p. 6)

Diante do quadro que se apresenta no Brasil percebe-se que os investimentos direcionados aos museus só estão orçados para sua criação e até o momento da abertura. Uma realidade tão presente no país que provoca discussões sobre a importância de uma gestão pautada em princípios éticos, planejamento cuidadoso e monitoramento de desperdícios.

A sustentabilidade atravessa o campo socioambiental, os museus devem estar conectados ao mundo, estimulando discussões sobre educação ambiental; incentivando a comunidade à reflexão e interação, em um processo de construção coletiva, de conexão de saberes. A tomada de consciência do caráter negativo das práticas consumistas e do desperdício promovem qualidade de vida e não penalizam o planeta, trazem qualidade de vida para cada cidadão.

O desenvolvimento sustentável tem se tornado um desafio para toda e qualquer atividade que tem compromisso socioambiental. A sustentabilidade ambiental consiste em um novo paradigma que deve ser alcançado, sob pena de os custos ambientais serem tão elevados para a sociedade e muitas atividades humanas não podem persistir num futuro muito próximo. (CORREIA, 2012, p. 87)

Cada museu, mesmo com suas especificidades poderá a partir de suas atividades culturais estimular o debate sobre questões relacionadas ao meio ambiente e ao futuro das gerações que estão intimamente ligadas ao futuro do planeta. O meio ambiente no qual se move, onde se realizam atividades cotidianas, exerce ações de diversas facetas sobre as ações humanas. A sustentabilidade social estimula os museus a um trabalho coletivo de grande valia para a comunidade que participa das ações e são corresponsáveis pela construção de ideias, sobretudo, compartilhando os valores sócio culturais, como forma de promoção da cultura. É preciso fazer do Museu de Arte Sacra de Oeiras um espaço de discussões, um fórum de debates sobre as diversas questões que envolvem a comunidade e o país.

Museu: função social e perspectivas

O museu deve estar a serviço sociedade, da comunidade onde se insere, seja no aspecto tangível ou na imaterialidade das dinâmicas simbólicas, o que inclui evocar memórias submersas. O direito à memória é ponto de discussão nos espaços museais. A Mesa Redonda de Santiago no Chile, em 1972, promovida pelo ICOM, compartilhou a ideia de que os museus estão a serviço da sociedade e de seu desenvolvimento, com o objetivo “de aumentar a capacidade de uma coletividade de projetar seu próprio futuro e de ser sujeito ativo de sua própria história, a partir da consciência que passa a ter de si mesma”. (BARBUY, 1989, p. 36)

Os museus são, portanto, espaços de sociabilidade, de conexão de saberes, de produção cultural e de encontro com a comunidade. Um lugar de participação e de ações educativas. Espaços de produção de conhecimento que favorecem a construção social da memória e a percepção crítica da sociedade.

A relação entre museu e educação é intrínseca, uma vez que a instituição museu não tem como fim último apenas o armazenamento e a conservação, mas, sobretudo, o entendimento e o uso do acervo preservado, pela sociedade, para que, através da memória preservada, seja entendida e modificada a realidade do presente. Nesse sentido, a própria concepção do museu é educativa, pois, o seu objetivo maior será contribuir para o exercício da cidadania, cola-

borando para que o cidadão possa se apropriar e preservar o seu patrimônio, pois ele deverá ser a base para toda a transformação que virá no processo de construção e reconstrução da sociedade, sem a qual esse novo fazer será construído de forma alienante. (SANTOS, 1993, p. 99)

É possível perceber que os museus possibilitam diferentes experiências, pois oferecem serviços educativos, desempenham ações de mediação cultural com os públicos. Esses diálogos com as comunidades devem “propiciar a compreensão sobre patrimônio/herança e o exercício da cidadania”. (BRUNO, 1998, p. 27)

De acordo com Reis (2005, p. 42):

[...] Os museus devem ser um espaço sugestivo, lúdico e interessante onde não necessariamente as coisas devam ser explicadas como acontece na escola. E neste caso, considerar que não há uma única forma de construção do conhecimento, de aprendizagem, ele pode despertar no sujeito a afetividade instigando a emoção, o romantismo, a ação, a interação e a reflexão.

O museu é um espaço de encontro, debates, comunicação; de participação social e não somente um lugar de memória (NORA, 1993). Para gestão competente é necessário a compreensão da função social do museu, com técnicas, recursos e ações socioeducativas. As atividades educativas e culturais dos museus, como exposições, cursos, palestras, seminários, oficinas, dentre outras, devem estar em consonância com as expectativas da comunidade; o museu é um equipamento a serviço dos públicos. Portanto, reafirma-se o ideal da museologia e inovação social, que cumpre o dever de salvaguardar e valorizar a história, memória e tradições locais. O museu do Séc. XXI deve celebrar a diversidade cultural, os diálogos com a comunidade local e com as diversas culturas. Nesse sentido o MAS necessita retornar a sua vocação inicial e criar laços comunitários, reafirmar sua missão e vocação sociais.

Diagnóstico e plano museológico

Os diagnósticos são ferramentas metodológicas usadas na avaliação e reestruturação de museus; consideradas uma das primeiras estratégias do museu. O levantamento e análise de informações detalhadas do museu permite compreender a instituição. O diagnóstico museológico:

Constitui-se de levantamentos e análise de dados de toda a sorte: através de reuniões com a equipe do museu [caso seja para revitalização], visitas técnicas ao local ou instalações, pesquisa bibliográfica, pesquisa de público etc. Mas, fundamental é a pesquisa sobre o acervo, pois é ele que vai definir o perfil do museu em termos científicos e estruturais: é a sua vocação ou, em outros termos, a identidade do museu (DUARTE CÂNDIDO, 2013, p.202).

A partir do levantamento e análise de dados do museu será possível compreendê-lo. Como se encontra, qual seu perfil, missão, vocação, visão, que ações de reestruturação, requalificação e ressignificação devem estar na base da formação e transformação de mentalidade da equipe gestora e de funcionários. O diagnóstico de uma instituição dessa natureza deve apreciar os aspectos

globais de seu funcionamento para elaboração de um plano museológico, como expresso no artigo terceiro da Portaria Normativa nº1/2006 do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - Iphan (DOU 11/07/2006).

O plano museológico auxilia a pensar ou repensar a missão, vocação e visão e do museu, de seus programas, projetos e ações, tais como: gestão de pessoas, gestão dos acervos, programas de exposições, ações educativas e culturais, elaboração e realização de pesquisas, programa arquitetônico, de segurança, estratégias de financiamento e fomento, sustentabilidade, difusão e divulgação.

Apresentamos abaixo uma matriz para diagnóstico museológico e planejamento, como estabelecimento de metas e prioridades.



Figura 01: Matriz para diagnóstico museológico, planejamento e gestão de museus (DUARTE CÂNDIDO, 2013, P. 201)

A criação da matriz está ligada às especificidades dos museus, com base nos conceitos da museologia contemporânea, além da experiência da autora no campo museal. A referida matriz, associada a outras existentes, “aponta pontos fortes e fracos de cada um dos aspectos mencionados no diagnóstico e baseando as tomadas de decisão que serão fundamentais na elaboração e na execução dos programas”. (DUARTE CÂNDIDO, 2014, p. 54)

Quando a missão institucional não está definida, há uma falta de clareza dos objetivos da instituição; sua ausência compromete a sobrevivência do museu, por isso da necessidade da construção de um plano museológico. A ausência desse trabalho se torna mais grave quanto um museu tradicional não dialoga com as novas propostas museais.

Duarte Cândido (2010, p. 128), complementa:

A Museologia hoje consiste na convivência entre os museus tradicionais e as novas propostas museais. Porém o que se percebe é também um descompasso, marcado pela existência de diversas instituições que ainda seguindo modelos tradicionais sequer rea-

lizam com qualidade a gestão do seu patrimônio, a salvaguarda e a comunicação. Ao mesmo tempo em que a Museologia busca a experimentação de novos modelos, também desenvolve procedimentos técnico-científicos de excelência para o tratamento dos acervos e para a qualificação dos chamados museus tradicionais, mas muitos ficaram à margem deste processo ou o seguem de longe, por uma série de fatores, entre as quais se destacam deficiências de recursos humanos e financeiros ou mesmo o pequeno contato com a produção científica e os debates da área.

A construção e implementação do Plano Museológico precisam evitar contradições, devem ser realistas e viáveis. Além de ser estratégico, esse documento deve ter metas estabelecidas a partir da ordem de prioridades, cronograma de trabalho bem definido e participativo. Essa construção inclui os atores responsáveis por sua elaboração, a saber: equipe do museu, representantes da comunidade e benfeitores, bem como os moradores do entorno, que convivem diariamente com o museu.

Como instrumentos fundamentais na ação transformadora dos museus, o diagnóstico e o plano museológico “ganham realce quando envolvidos em um contexto de aproximação com a produção teórica e metodológica do campo da Museologia que possa trazer novos parâmetros de avaliação”. (DUARTE CÂNDIDO, 2014, p. 52)

A necessidade da elaboração do Plano Museológico se justifica por ser uma poderosa ferramenta para sustentabilidade institucional. A sua inexistência afeta a sobrevivência do museu. Por meio dessa ação, é possível pontuar uma série de questões que serão benéficas no desenvolvimento das funções museais, tanto de salvaguarda como de comunicação do patrimônio, dentre outras.

Museu de Arte Sacra de Oeiras

A cidade de Oeiras está localizada no Centro Sul do Piauí, Nordeste do Brasil, a 255 km da capital – Teresina. Sua origem remonta às expedições que entraram pelo sul do Estado, no século XVII, em busca de terras para o gado. Nasceu da prosperidade da Fazenda Cabrobó, criada pelo desbravador Domingos Afonso Mafrense. Sua história está intimamente ligada à história da Igreja Católica na região. Em 1696, foi elevada à categoria de Freguesia sob a invocação de Nossa Senhora da Vitória. Mais tarde, em 1712, a povoação Mocha foi elevada à condição de Vila com o mesmo nome, tendo sido instalada somente em 26 de dezembro de 1717.

Designada para sede do novo Governo, recebeu o título de cidade pela Carta Régia de 19 de junho de 1761, época em que teve o nome alterado para Oeiras, por ato do seu primeiro governador João Pereira Caldas, em homenagem ao Conde de Oeiras Portugal, depois Marquês de Pombal, Sebastião José de Carvalho Melo, Ministro de Estado de Rei Dom José I. Em 24 de janeiro de 1823, irrompeu no território o movimento da Adesão do Piauí ao Grito do Ipiranga. Em 1852, por injunção do Presidente José Antônio Saraiva, a capital foi transferida para a Nova Vila do Poty. Recebeu o nome de Teresina, em homenagem a imperatriz Teresa Cristina.

Como primeira capital do Piauí, Oeiras é detentora de uma rica história e cultura religiosa, traduzida nos casarões e manifestações de fé e espiritualidade. Por seu patrimônio arquitetônico colonial foi declarada Cidade Monumento

Nacional pela Lei Federal nº 7745 de 30 de março de 1989. Em 2012, o Centro Histórico de Oeiras foi tombado pelo IPHAN como Patrimônio Cultural do Brasil.

Persistem em Oeiras manifestações culturais de tradições seculares, celebradas no centro histórico: procissões, costumes, lendas, danças e festividades, que reforçam o gregarismo e o sentido de comunidade. Um fenômeno é a hibridização do catolicismo popular com os ritos eclesiais; são símbolos, metáforas, atavismos e teatralização barroca. A Celebração do Bom Jesus dos Passos de Oeiras abre as solenidades da Semana Santa; atravessa os fiéis e toda a cidade, peregrinos de municípios da região a pedirem graças, pagarem promessas, remir os pecados ou tão-somente louvar a Deus, na reconstituição dos episódios que marcam a Paixão de Cristo.

Não há referências quando ao ano da primeira Procissão dos Passos, porém se sabe que a celebração acontece em Oeiras há mais de duzentos anos, visto que em planta do início do século XIX, já estão retratadas as capelas dos passos da paixão.

A procissão do Bom Jesus dos Passos acontece sempre às sextas-feiras anterior à sexta-feira da paixão. Ocorre na cidade de Oeiras desde o início do século XVIII. Na segunda metade do século XIX, a Confraria (irmandade) do Bom Jesus dos Passos de Oeiras era responsável por fazer com toda decência e da melhor forma possível a procissão do Senhor Bom Jesus dos Passos; organizava-se, pois, já naquela época, o ritual, símbolo da crença e da fé da comunidade. (PINHEIRO, 2009, p. 10)

Durante a manhã da sexta-feira, os romeiros começam a chegar de ônibus, de pau-de-arara, de carro, a cavalo e alguns a pé. Trajam um hábito roxo, como o de Bom Jesus, cor que simboliza reflexão e penitência; trazem ex-votos, equilibram pesadas pedras na cabeça, carregam cruces de madeira e andam descalços como demonstrações de sacrifício. Em paralelo, as famílias tradicionais organizam a decoração das igrejas de Nossa Senhora do Rosário e Nossa Senhora da Vitória, assim como as cinco capelas dos passos com jarros, paramentos, alfaias, cruces e as típicas “flores de passo”, confeccionadas por artesãos-devotos da cidade e entorno.

O imóvel que abriga o MAS está implantado em uma área de importantes construções de interesse de salvaguarda, dentre elas a Igreja de Nossa Senhora da Vitória e a Casa do Visconde da Parnaíba. O edifício do MAS se destaca pela sua volumetria robusta e pelo gabarito de dois pavimentos. O entorno abriga edifícios relevantes na composição do conjunto histórico e urbanístico da cidade de Oeiras. Muitas dessas edificações sofrem descaracterizações nas fachadas e são alvos da poluição visual decorrente da instalação de engenhos publicitários. Apesar das alterações nas fachadas, a manutenção da volumetria e do gabarito das construções do entorno tem possibilitado a salvaguarda da visibilidade e da ambiência.

O edifício que abriga o MAS é de propriedade da Diocese de Oeiras, mas para funcionar o Museu há um termo de cessão de uso ao Governo do Estado do Piauí, responsável pela administração do equipamento cultural. Distribuído numa edificação histórica de dois pavimentos, o acervo recebe visita diária de segunda a sábado, apenas no horário matutino. Mantém em seu quadro de funcionários o diretor e três funcionárias. Cede quatro de seus ambientes para

outras funções: uma loja particular, não vinculada à administração do museu, com venda de artigos e souvenir com tema religioso, dois depósitos usados pela paróquia local e sala da Pastoral da Criança.

Não há um documento legal de criação do Museu. Não há programação de exposições. O acervo está exposto nas salas do edifício por temas, sem curadoria, o que compromete os demais serviços do equipamento como a conservação, segurança, educativo-cultural, comunicação etc.

Há um regimento interno obsoleto, que necessita de reformulação. O MAS não possui oficialmente instituída missão, vocação e visão, o que há é um consentimento tácito da equipe de funcionários. Essa situação inviabiliza a concretização de objetivos do museu, como exercer sua função principal de retorno social do acervo à população. O Museu se restringe a guardar peças importantíssimas para a história do município de Oeiras e para o Estado do Piauí; histórias e memórias da fé de uma população materializada em peças e manifestações da religiosidade e espiritualidade.

Os espaços do Museu têm ventilação do ambiente externo e de comunicação entre si, há corredores e portas largas. Não há elevadores ou plataformas móveis para a acessibilidade de pessoas com deficiência, como também não são oferecidos outros suportes acessíveis como piso pododáctilo e fichas técnicas em braile. Os expositores não conseguem proporcionar a adequada observação dos objetos, tampouco detêm qualidades de acondicionamento e fixação apropriadas. Quanto às exposições estão no pavimento superior da edificação; são de longa duração. No pavimento térreo há um único ambiente destinado à exposição de curta ou média duração. A sala da administração funciona no térreo, dividindo espaço com outras salas de exposição, depósito e loja particular.

A maior parte do acervo foi documentado pelo Iphan em 2009. Foi contratada uma empresa especializada nessa natureza de trabalho. O material produzido se encontra atualmente sob guarda do Museu de Arte Sacra e da Cúria Diocesana na cidade de Oeiras. A não acessibilidade das informações contidas no inventário é justificada por a Diocese temer a segurança do acervo, que não conta com sistema de segurança eletrônico ou vigilância armada profissional. Mantém dois vigias durante a noite, trancas e cadeados comuns nas portas.

Na construção de uma política de acervo, será possível encontrar uma natureza para o acervo, o que inclui a sua qualidade patrimonial, referência para a comunidade. As peças estão inseridas em um contexto secular de aquisição e doação, que pode ser compreendido por meio de um trabalho profissional de documentação, que permitirá narrar as histórias e memórias da cultura religiosa do lugar.

O acervo está exposto em espaços de contato com o ambiente externo. Há no edifício corredores e portas largas. Não há elevadores ou plataformas móveis para a acessibilidade física como não há acessibilidade cognitiva ou de suportes como piso pododáctilo e fichas técnicas em braile. Os expositores não proporcionam a adequada observação dos objetos, tampouco têm qualidades de acondicionamento e fixação apropriadas. Quanto às exposições são, no pavimento superior da edificação, todas 'permanentes'; no pavimento térreo há um único ambiente destinado à exposição temporária ou de curta duração. Demais ambientes servem de área administrativa.

A edificação mantém aspecto limpo externamente e internamente, apesar de está situada no centro da cidade e defronte ao ponto de terminal dos ônibus intermunicipais, da feira livre, que se estende desde o mercado público,

localizado há uma quadra do Museu. Em 2010, houve uma reforma superficial no edifício e não foram solucionados problemas graves, urgentes de infiltração, infestação de cupins, fissuras nas paredes e goteiras no telhado. Atualmente, persiste o problema da presença de cupins. A direção do MAS realiza desinfestação com aplicação de produtos químicos a cada seis meses. Os procedimentos decorrentes dessa desinfestação se restringem à colocação do produto em aspersão nos ambientes junto ao roda-teto e ao rodapé, sem que haja qualquer documentação relativa à ação e demais demandas de proteção ou deslocamento do acervo.

O acervo do MAS é tem natureza temática, que remete à religião católica. É formado por peças em ouro, prata, bronze e cobre, louças e porcelanas, têxteis, telas, madeira, gesso, papéis, fotografias, vidros e relíquias, datadas desde o século XVII. Apreciadas em layout, mobiliário e expografia inapropriada. Quase todo o acervo é oriundo das três igrejas seculares: N. S. da Vitória, N. S. do Rosário e N. S. da Conceição. Uma pequena parte advém de colecionadores. O museu está dividido em salas temáticas, a saber: Dom Expedito Lopes, Dom Edilberto Dinkelborg, Dona Alina Nunes de Carvalho (Santos), Dona Maria de Cota (Semana Santa), Sala Mariana (Procissões), Dona Alzira Reis Tapety (Divino), Dona Júlia de Carvalho Nunes (Música Sacra), Capela Nossa Senhora da Vitória, Exposições Pe. Miguel de Carvalho.

Constitui o acervo imagens sacras de madeira, varas do pátio, lanternas, crucifixos, castiçais, resplendores e coroas de prata. Além de paramentos litúrgicos e outros objetos que pertenceram aos primeiros bispos da diocese. Algumas peças sacras ainda são usadas no período de festas e celebrações religiosas. Visitar o Museu de Arte Sacra é conhecer a história de Oeiras, que está intimamente ligada à história da Igreja Católica nos “Sertões de Dentro”.

Na primeira sala (térreo) - Dom Expedito Lopes, primeiro bispo de Oeiras, no período de 1949 a 1954, encontram-se objetos sacros e mobílias usadas no período que o sobrado João Nepomuceno abrigou o Paço Episcopal (de 1950 a 1977), como conjunto de cadeiras datadas da década de 40 do século XX, constando o brasão episcopal; uma pintura jesuíta do século XVIII que pertenceu ao forro de madeira da Igreja de Nossa Senhora do Rosário e o báculo de Dom Expedito Lopes, bispo mártir que foi assassinado no dia 02 de julho de 1957, com um tiro a queima roupa por um padre na cidade de Garanhuns em Pernambuco, quando era bispo daquela diocese.

A sala seguinte (térreo) homenageia Dom Edilberto Dinkelborg, terceiro bispo de Oeiras, que presidiu a diocese de 1959 a 1991. Passou mais tempo em Oeiras e é o único enterrado na Igreja Catedral de Nossa Senhora da Vitória. Nessa sala é possível constatar muitos pertences dos primeiros bispos, como paramentos litúrgicos, mitras e objetos pessoais que pertenceram tanto a Dom Edilberto, quanto a Dom Expedito Lopes e Dom Raimundo. Finalizando a sala temos uma galeria com fotos de todos os bispos, até o atual Dom Edilson Nobre, totalizando o sétimo bispo da diocese de Oeiras-PI.

Ainda no térreo há a Galeria Pe. Miguel de Carvalho, uma sala de exposições de curta duração, que, atualmente, recebe a exposição “Impressões Afetivas da Velha Urbe” de autoria do artista plástico e arquiteto Evandro Veras. O Pe. Miguel de Carvalho foi quem implantou a Freguesia e/ou Paróquia de Nossa Senhora da Vitória do Brejo da Mocha há 322 anos atrás.

A primeira sala do pavimento superior é nomeada Alina Nunes (Santos). Uma homenagem a senhora que foi diretora do Museu de Arte Sacra na década de

80 do século XX e tem um legado de trabalho dedicado à cidade, através do Instituto Histórico de Oeiras. Há nessa sala imagens de madeira policromada século XVIII e XIX.

A maior parte desse acervo pertence as igrejas seculares de Oeiras (Catedral de Nossa Senhora da Vitória, Igreja de Nossa Senhora do Rosário e Igreja de Nossa Senhora da Conceição). Ainda possui algumas imagens sacras oriundas de colecionadores que cederam ou doaram para o MAS no período de sua criação em 1983. Além de formas de fazer hóstia, cortadores e sacrários de madeira.

A segunda sala do pavimento superior é Maria de Cota (Semana Santa). A referida sala faz referência à memória de uma senhora caridosa, que durante muitos anos fez trabalhos comunitários, principalmente em relação as cadeias e penitenciárias locais. Também, enquanto viveu, cuidou com zelo do Passo do Rosário, a primeira capela por onde o Bom Jesus dos Passos faz sua passagem durante a procissão na Semana Santa. A sala é composta por uma instalação onde o visitante é possível ter uma noção de como acontece a Procissão do Fogaréu em Oeiras. Com peças importantes como a Urna Eucarística, os andores usados nas procissões da Semana Santa (andor do Bom Jesus, de Nossa Senhora das Dores e o Esquife do Senhor Morto), além da matraca que substitui os sinos a partir da Quinta-Feira Santa, fazendo memória da Paixão e Morte de Cristo.

No percurso expositivo, chega-se à Sala Mariana (Procissões), dedicada à Nossa Senhora, pois Oeiras é uma cidade mariana. As principais igrejas são dedicadas a Maria, mãe de Jesus. Dentro desse contexto temos exposto a imagem processional de Nossa Senhora da Vitória (Gesso - século XX), a imagem da Imaculada Conceição do século XVIII e a imagem do Imaculado Coração de Maria (Gesso – século XX). Há na sala o Pálio dossel com as varas de prata e lanternas de prata do século XVIII e XIX, bem como a máquina do relógio da catedral de 1817 que veio da Inglaterra.

Na sequência, a Sala Alzira Reis Tapety (Divino). Uma homenagem a senhora que foi uma das primeiras professoras de Artes da Escola Normal Presidente Castelo Branco, uma escola de formação para docentes nos idos dos anos 40 do século XX. Há uma imagem do Divino (Pomba do Divino) de madeira policromada século XVIII, vários painéis fotográficos de autoria do oeirense, Olavo Brás, que demonstram a Celebração do Divino em Oeiras, além da bandeira do Divino e de outros objetos que compõem a sala.

Da Sala Alzira Reis Tapety segue-se para a Sala Júlia de Carvalho Nunes (Música Sacra). O MAS homenageia dona Julinha, como era conhecida, pelo incansável trabalho caritativo à frente da Arquiconfraria do Imaculado Coração de Maria, uma associação religiosa que existe há mais de um século na cidade de Oeiras. Nessa sala, observa-se um conjunto de anjos de madeira (arte santeira do Piauí – século XXI), chamados de anjos músicos, pois carregam instrumentos musicais fazendo uma louvação a Nossa Senhora e a Oeiras, por todo o traço musical da cidade, reconhecida nacionalmente como a terra dos bandolins.

As orquestras de bandolins surgiram na década de 30 do século XX e 1983 nas comemorações dos 250 anos da Igreja Catedral. Destacou-se o grupo bandolins de Oeiras, formado por senhoras da comunidade. Hoje, a prática musical foi democratizada com inserção de crianças, adolescentes e jovens, através dos projetos do Governo do Piauí e da prefeitura Municipal de Oeiras. Além dos anjos, a Sala possui um harmônio do século XIX, um piano do século XX e um livro de partituras de cantos sacros em latim.

Na Sala Capela da Imagem Primitiva está a imagem de Nossa Senhora da Vitória (Século XVII), padroeira de Oeiras e do Piauí, entronizada em um retábulo neoclássico do século XIX que pertenceu ao antigo hospital de Caridade de Oeiras. Essa imagem, segundo relatos, é a imagem que chegou com os padres jesuítas que implantaram a Freguesia em 02 de março de 1717, considerada a primeira imagem que chegou em solo piauiense. Durante cinquenta anos ficou em Teresina aos cuidados de uma família de oeirenses que foram convidados a devolverem a imagem a Oeiras. Fato ocorrido no dia 14 de agosto de 2015, nas comemorações dos 70 anos da diocese de Oeiras. A Sala é convidativa, pois possui ainda crucifixo e castiçais de prata, resplendores, coroas e outros objetos litúrgicos usados ainda em algumas celebrações na catedral. Além de confessionários, genuflexórios e bancos de madeira, antigo mobiliário da Igreja Catedral.

Encerrando a visita, chega-se à loja do MAS ainda no pavimento superior, com livros de autores oeirenses, camisetas das festas religiosas e souvenirs. Mesmo com as dificuldades, a loja sobrevive e favorece o Museu como uma renda extra.

No térreo há ainda a Sala da Administração, com um banheiro usado pelos funcionários do Museu. Na parte de acesso à garagem da Casa Paroquial (térreo), há dois banheiros usados pelos visitantes, bem como uma escada de cantaria que dá acesso à parte superior do prédio.

Ações de preservação do acervo se limitam à higienização, não há quaisquer técnicas de conservação científica e/ou mais apuradas. São atividades realizadas por duas funcionárias do MAS que outrora receberam capacitação sobre conservação de peças. No entanto, não existem profissionais especializados no quadro funcional para acompanhamento e avaliação dessas atividades. Em especial, é premente a necessidade de rever o tratamento dado aos paramentos têxteis que são higienizados com água e produtos branqueadores. Há de forma insuficiente e inapropriada equipamentos para combate a incêndio, limitando-se a três extintores de pó químico e água para toda a edificação.

Em parceria com o Município, por meio da Secretaria de Cultura e Turismo, são realizadas atividades educativas e culturais de visitas guiadas e pequenas exposições de curta duração com alunos da rede pública. São realizadas oficinas de produção de artesanato; de forma esporádica alguns ambientes do edifício servem para a realização de saraus e lançamentos de livros de autores, geralmente oeirenses.

O Museu tem o seguinte organograma: um cargo de direção, uma funcionária da própria casa, dois professores, cedidos pela Secretaria de Estado da Educação - SEDUC, um vigia, funcionário da Secretaria de Estado da Cultura - SECULT, um vigia e uma zeladora, cedidos pela Secretaria Municipal de Cultura e Turismo | Prefeitura de Oeiras. O MAS pertence à Paróquia de Nossa Senhora da Vitória | Diocese de Oeiras. Há um sistema de comodato, com o Governo do Estado do Piauí, através da SECULT, em parceria também com a Prefeitura de Oeiras, por meio da Secretaria Municipal de Cultura e Turismo.

Apesar de não estar explícita sua missão, o MAS cumpre o papel de salvaguardar e de ser um repositório de peças sacras que contam a história da cidade e que estão intimamente ligadas às tradições religiosas de Oeiras.

Figura 2 – Igreja das Vitórias e Sobrado João Nepomuceno na década de 1930.



Fonte:Arquivo de Carlos Rubem.Autoria desconhecida.

Figura 3 – Sobrado João Nepomuceno, também denominado Palácio Episcopal, no qual funciona o Museu de Arte Sacra de Oeiras.



Fonte:Autoria Valdete Martins.Ano 2014.

Figura 4 – Conformação atual da Praça das Vitórias.



Fonte:Arquivo Iphan-PI.Ano 2007.

Figura 5 – Sala Capela Nossa Senhora da Vitória no MAS.



Fonte:Arquivo MAS.Ano 2017.

Conclusão

Necessária, diante das urgências dos museus, uma reorganização da instituição museal com o intuito de garantir os recursos necessários à sua manutenção, dando enfoque ao movimento da nova museologia, que teve a sua primeira expressão pública e internacional em 1972, na “Mesa-Redonda de Santiago do Chile”, organizada pelo Icom. Esse movimento afirma a função social do museu e o carácter global das suas intervenções.

As várias discussões sobre a sustentabilidade das instituições museais, principalmente dos museus tradicionais, permeados de vícios e incoerências, são no sentido de chamar a atenção para se abrirem ao novo na elaboração de seus diagnósticos e planos museológicos, onde a comunidade seja partícipe do processo. Uma parte desses museus se fecharam em suas coleções de longa duração e geralmente não promovem atividades que possam dinamizar a vida do museu e muito menos são pontos de atração da comunidade, que não vê nenhuma relação de suas vidas e cotidiano, com a presença física e cultural do museu.

Acontece assim uma acomodação da instituição, formada por uma equipe de funcionários que desestimulados pela falta de recursos que garantam a manutenção, fica à mercê de investimentos escassos ou mesmo sem verba alguma, o que existe é boa vontade dos parceiros que garantem o básico, mas não suprem as necessidades.

A formação e a criação de um plano museológico para os museus são de suma importância para a vida e a existência desses equipamentos. Planejar a criação de novos museus sem garantir a sustentabilidade dos que já existem é um erro grotesco, cada vez mais comum nas cidades brasileiras. Uma verdadeira febre de memoriais e salas para enaltecer uma elite que precisa de holofote e de aplausos.

Os pequenos museus pedem socorro, principalmente aqueles fincados em cidades do interior, ricos em histórias e memórias, que possuem um potencial, mas estão esquecidos, não tem receitas próprias, nem profissionais da museologia. Os funcionários são cedidos de outros órgãos e sequer passam por uma qualificação para trabalhar em um museu. Os gestores desses museus são indicações políticas e estão mais preocupados em receberem os proventos do

que desenvolverem atividades que contribuam para o desenvolvimento sustentável do museu.

O Ibram organiza desde 2004 o Fórum Nacional de Museus com a participação dos representantes de instituições e teóricos a fim de refletir, avaliar e lançar luzes e diretrizes para a Política Nacional de Museus. A partir dessas discussões se realizam em todo o país atividades que envolvem os museus, promovendo debates em nível nacional. Essa discussão chega aos pequenos municípios que possuem um museu, no entanto, as carências e as necessidades ainda são muitas.

O Plano Museológico é uma ferramenta de planejamento e gestão, necessária para a organização interna da instituição, definindo prioridades, verificando as reais necessidades internas do museu, para a realização de projetos que visem desenvolver habilidades e competências do corpo técnico. É uma ferramenta estratégica para uma gestão sustentável, dando significado à missão, vocação e visão do museu.

O Museu de Arte Sacra de Oeiras, como se pode constatar, enfrenta seus problemas, que vão desde as questões administrativas, diante da ausência de documentos básicos para a própria existência jurídico-administrativa da Instituição, às questões mais técnicas de conservação e salvaguarda do acervo; uma instituição que carece de profissionais especializados, de uma equipe qualificada.

A delimitação de uma política de acervo se faz essencial para a gestão do equipamento público, quanto se vê a cumprir seu principal papel de retorno social do acervo aos públicos. A salvaguarda do acervo em uma edificação que também necessita ser preservada é um duplo trabalho, desafio para a equipe institucional, estendidas às devidas responsabilidades à própria comunidade onde está o Museu.

O MAS para se tornar uma instituição museológica, que possa enfrentar de forma profissional seus problemas, precisa se adequar a um conjunto de instrumentos legais e técnicos, e, sobretudo, traçar objetivos e metas a partir do diagnóstico e construção de um plano museológico participativo.

Neste artigo apresentamos apenas algumas reflexões de um árduo trabalho que ainda tem um longo caminho a percorrer, o que inclui a sustentabilidade, com destaque às ferramentas de planejamento e gestão, discutindo perspectivas e a função social de um museu, de modo particular ao Museu de Arte Sacra de Oeiras. Usamos para fundamentar este texto teóricos, que embasam as afirmações e questionamentos mencionados. As informações compartilhadas não esgotam a temática, mas sugerem uma continuidade sobre esta proposta de pesquisa-intervenção no campo de saber-fazer dos museus e da museologia.

Referências

- CARVALHO JR, Dagoberto. *Passeio a Oeiras: roteiro histórico e sentimental da antiga capital do Piauí*. 3.ed. Recife: Apipucos, 1985.
- CORREIA, Mary Lucia Andrade. Como alcançar a sustentabilidade ambiental? *Jornal da Universidade de Fortaleza*, Fundação Edson Queiroz, Número 219, Fortaleza, Junho de 2012.
- DUARTE CÂNDIDO, Manuelina Maria. Diagnóstico Museológico: abordagens e práticas no Museu da Imagem e do Som do Ceará. In: *Cadernos do Ceon*, 31, Chapecó (SC): Unochapecó, p. 69 – 102, 2010.
- DUARTE CÂNDIDO, Manuelina Maria. *Gestão de museus, um desafio contemporâneo: diagnóstico museológico e planejamento*. Porto Alegre: Medianiz, 2013.
- DUARTE CÂNDIDO, Manuelina Maria. *Orientações para Gestão e Planejamento de Museus*. Florianópolis: FCC, 2014.
- INVENTÁRIO e estudo de proteção de conjuntos urbanos do Piauí: estudo de

O Museu de Arte Sacra de Oeiras no sertão do Piauí, Nordeste do Brasil

proteção do centro histórico de Oeiras. Belo Horizonte: OP Arquitetura Ltda, 1997.V. 7. (Trabalho contratado pela Fundação Estadual de Cultura e Desporto do Piauí – FUNDEC e IPHAN/3ªCR para elaborar o inventário e estudo de proteção das cidades históricas piauienses e proposição de diretrizes de intervenção em imóveis históricos).

NORA, P. Entre memória e história: a problemática dos lugares. *Projeto História*, São Paulo, n. 10, p. 7-28, 1993.

PINHEIRO, Áurea da Paz. *Celebrações*. Teresina: Educar, 2009

REIS, Bianca Santos Silva. *Expectativas dos professores que visitam o Museu da Vida*. 2005. 106f. Dissertação (Mestrado). Departamento de Educação, Universidade Federal Fluminense, 2005.

RENDEIRO, Humberto. *Museus e Sustentabilidade Financeira*. Organizado pelo ICOM – Portugal, no Museu Nacional de Soares dos Reis, Cidade do Porto, 7 de Novembro de 2011. [Documento apresentado no Encontro]

STORINO, Claudia. Museus sob nova direção. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 4/4/2007.

SANTOS, Maria Cecília T. Moura. *Repensando a ação Cultural e Educativa dos Museus*. Salvador: Centro Editorial e Didático da UFBA, 1993.

Submetido em 17 de janeiro de 2020.

Aprovado em 16 de maio de 2020.